

Intelectuais do GT7 da ANPEd: entre o campo acadêmico e a intervenção no mundo social (1994-1999)

Intellectuals of the GT7 of ANPEd: between the academic field and the intervention in the social world (1994-1999)

Intelectuales del GT7 de la ANPEd: entre el campo académico y la intervención en el mundo social (1994-1999)

Ana Keli Moletta*
Névio de Campos**

Resumo: Este artigo objetiva problematizar as posições dos intelectuais do Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT7), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no contexto de elaboração e de implantação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Apoiar-se no parecer coletivo da ANPEd e no livro *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*, assim como nos conceitos de “intelectual” de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault para sustentar que os intelectuais do GT7, em nome da autonomia do campo acadêmico e do conhecimento especializado e científico, assumiram uma postura de crítica ao RCNEI ao indicarem as possibilidades, e, principalmente, os limites dessa política do MEC.

Palavras-chave: História Intelectual. Intelectuais. Educação Infantil.

Abstract: This paper aims to problematize the positions of intellectuals of the *Grupo de Trabalho Educação de Crianças de 0 a 6 anos (GT7)* (Working Group for the Education of Children from 0 to 6 years of age), and of the *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)* (National Association for Postgraduate studies and Research in Education), involved in elaborating and implanting the *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)* (National Curricular Guidelines on Children's Education). This article is based on ANPEd's collective view and on the book

*Doutoranda em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: <anakelimoletta@yahoo.com.br>

**Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <ndoutorado@yahoo.com.br>

Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios ('Post-LDB children's education: direction and challenges'), as well as on the concepts of intellectual drawn by Pierre Bourdieu and Michel Foucault to sustain that the intellectuals of the GT7, in the name of autonomy in the academic field and scientific and specialized knowledge, adopted a critical posture towards the RCNEI when indicating the possibilities and mainly the limits of this policy presented by MEC.

Keywords: Intellectual History. Intellectuals. Children's education.

Resumen: Este texto tiene como objetivo problematizar las posiciones de los intelectuales del Grupo de Trabajo Educación de Niños de 0 a 6 años (GT7), de la Asociación Nacional de Postgrado y Pesquisa en Educación (ANPEd), en el contexto de elaboración e implantación del Referencial Curricular Nacional para la Educación Infantil (RCNEI). Se apoya en el parecer colectivo de la ANPEd y en el libro Educación infantil post-LDB: rumbos y desafíos, así como en los conceptos de intelectual de Pierre Bourdieu y Michel Foucault para sustentar que los intelectuales del GT7, en nombre de la autonomía del campo académico y del conocimiento especializado y científico, asumieron una postura de crítica al RCNEI al indicar las posibilidades, principalmente los límites de esta política del MEC.

Palabras clave: Historia Intelectual. Intelectuales. Educación Infantil.

Introdução

Este texto tem como objetivo problematizar as posições dos intelectuais do Grupo de Trabalho Educação de Crianças de zero a seis anos (GT7), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no contexto de elaboração e implantação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI).

No contexto de debate sobre Educação Infantil (EI), insere-se a intervenção da Coordenação Geral de Educação Infantil/Ministério da Educação (COEDI/MEC) que, sob orientação de Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto e demais pesquisadores, buscou organizar uma política para a área, com elaboração de documentos, participação em palestras, eventos, debates, visando formular diretrizes para a EI em nosso país. Essa ação é uma expressão típica de intervenção de intelectuais originários do campo acadêmico que se inseriram no campo político com o objetivo de sistematizar diretrizes nacionais à EI no Brasil. Assim, discutir a atuação desse grupo representa compreender a própria movimentação do campo acadêmico, pois o grupo que assumiu a COEDI estava organicamente associado aos pesquisadores que controlavam o GT7 da ANPEd.

Além disso, constitui uma forma de observar o processo de inserção dos intelectuais na esfera da política.

A intervenção do grupo liderado por Angela Barreto, na avaliação dos dirigentes do MEC, buscava conformar uma política específica à EI. Nesse aspecto, declarava-se que o MEC “[...] iniciou, a partir de outubro de 1993, a discussão deste documento, em que são propostas as diretrizes gerais para uma Política de Educação Infantil, bem como as ações que o Ministério deverá coordenar, nos próximos anos, relativas a esse segmento educacional” (BRASIL, 1994, s/p.). O campo político é o responsável direto pela elaboração das orientações gerais para a Educação. Nesse sentido, contar com a adesão de integrantes do campo intelectual é uma estratégia de legitimação das ações do mundo da política. Por outro lado, a inserção dos intelectuais na área da política educacional é uma forma de transformar o poder moral dos acadêmicos em força política, o que pode resultar em maior reconhecimento desses personagens no mundo social. A discussão da intervenção dos integrantes do GT7 na COEDI está pautada no conceito de intelectual bidimensional¹ de Pierre Bourdieu.

As atividades iniciadas em 1994 foram alteradas no ano de 1997 quando Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto foi destituída do cargo de Coordenadora da COEDI. Em seu lugar, os dirigentes do MEC nomearam outra equipe para compor o quadro da COEDI. O novo grupo foi coordenado por Gisela Wajskop² com a colaboração de intelectuais da área, inclusive representantes internacionais. Logo em seguida, no mês de janeiro de 1998, o novo grupo disponibilizou o texto preliminar do RCNEI, “[...] enviado para 700 pareceristas: profissionais de educação infantil, administradores e pesquisadores” (CERISARA, 2007, p. 7).

Na definição dos gestores do MEC, o RCNEI teve por objetivo “[...] socializar a discussão sobre as práticas pedagógicas nesse nível de ensino, sugerindo formas de ações adequadas às necessidades educativas e de cuidados específicos, próprias da faixa etária de zero e seis anos” (BRASIL, 1998, p. 6). Em termos complementares, “[...] este Referencial pretende propiciar, ainda, o desenvolvimento de práticas de qualidade que permitam a inserção equitativa e participativa dessas crianças no universo social, cultural, econômico e político da realidade brasileira” (BRASIL, 1998, p. 6).

Em razão da iniciativa do MEC em solicitar aos pesquisadores e profissionais da EI pareceres a respeito da versão preliminar do RCNEI, os líderes do GT7 decidiram sistematizar um parecer coletivo. Em 1999, após a aprovação da versão final do RCNEI, outra iniciativa foi a organização do livro *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*, no qual se faz um balanço dos avanços

¹ Este conceito é discutido no corpo de análise.

² Coordenadora Geral de EI do MEC (1997-1998).

e dos recuos provenientes das políticas públicas na EI. Esse momento de ação dos intelectuais do GT7 é debatido a partir do conceito de intelectual crítico³ de Michel Foucault.

ANPEd: lócus dos intelectuais da Educação

No último quartel do século XX, a ANPEd constituiu-se em um dos principais espaços de representação intelectual e política dos pesquisadores do campo da Educação no Brasil. Ela passou a movimentar as diferentes forças políticas e teóricas que compõem o campo da Educação com o objetivo de estabelecer um espaço de síntese dos resultados das pesquisas desenvolvidas e como força moral junto ao campo político para participar da definição dos rumos das políticas públicas da Educação.

A história da ANPEd está vinculada ao processo de organização da pós-graduação no Brasil. O Parecer nº 977, datado de 1965, conhecido como Parecer Sucupira, representa o marco legal e inaugural da pós-graduação (*stricto sensu*) em nosso país (BRASIL, 1965). Foi nesse contexto que surgiram as associações de programas de pós-graduação. Na área de Humanas, a primeira a surgir foi a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em 1973, seguida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), em 1976; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1977; e a ANPEd, em 1978. No ano da criação da ANPEd (1978), o *stricto sensu* no Brasil contava com “[...] 29 programas de pós-graduação, dos quais 25 de mestrado e quatro de doutorado” (BRANDÃO, 1986 apud FERRARO, 2005, p. 26-27).

Conforme Calazans (1995 apud FERRARO, 2005, p. 47), “[...] é bom recordar que as associações nacionais de pós-graduação (de todas as áreas) não são instrumentos das políticas do Estado, mas nasceram sob o patrocínio destas”. Tal observação pode ser interpretada como expressão da organização dos pesquisadores da área educacional, com clara pretensão de consolidação de espaços específicos do campo de produção cultural. Ou seja, entre os idealizadores da ANPEd existia uma compreensão de que o mundo acadêmico deveria percorrer caminhos que garantissem a ele uma certa autonomia em relação ao campo político que, naquele contexto, em razão do regime militar oficial, exercia de forma mais ostensiva uma tentativa de controle dos espaços acadêmicos.

Esse movimento do campo político no Brasil pode ser observado na assertiva de Henriques (1998):

Na década de 70, época da gestação e criação da ANPEd, tinha-se, por um lado, o Estado brasileiro que, através de seus aparatos, punha em prática uma

³ Este conceito é discutido no corpo de análise.

legislação sobre a pós-graduação que, articulada a fundamentos científico-tecnológicos de pesquisa, deveria contribuir para o processo de desenvolvimento do país; por outro, pesquisadores e/ou professores da área educacional ligados às universidades e às instituições de pesquisa, organizados e voltados para a produção de conhecimento tentando definir um espaço próprio de atuação. (HENRIQUES, 1998, p. 40).

As lógicas do campo político e do campo acadêmico defendiam suas posições peculiares. Entretanto, embora a proposição da pós-graduação estivesse sob a tutela do Estado, é possível sustentar que a sua organização e implementação perpassavam pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, as posições de gestores do Estado e pesquisadores da Educação buscavam garantir determinados espaços de autonomia, embora as relações entre o campo acadêmico e o campo político no Brasil podem ser interpretadas pela ideia de uma “[...] fronteira viva como limite de dois espaços em tensão e em constante movimento em função de conflitos específicos” (HEY, 2008, p. 217). O campo acadêmico seria o “[...] lócus de práticas sociais distintas, relacionadas basicamente à produção e à circulação dos bens acadêmicos” (HEY, 2008, p. 217). Por outro lado, campo político é “[...] a arena das decisões sobre o mundo social global, em que está em jogo, sobretudo, a luta simbólica pela representação legítima dos agentes sobre esse mundo social” (HEY, 2008, p. 218).

Embora cada campo estruture-se por lógicas particulares, há interdependências entre os espaços da cultura e da política. Não é possível determinar *a priori* o grau de autonomia do campo cultural em relação ao campo político, pois, conforme Bourdieu (2004a, p. 175), “[...] a autonomia dos campos de produção cultural varia consideravelmente não só de acordo com as épocas de uma sociedade, mas também de acordo com as sociedades”. No caso do campo educacional, é notável que a ANPEd passou a representar o principal espaço de atuação dos pesquisadores da referida área; assim como, a partir do poder simbólico dessa Associação, os integrantes buscavam interferir na esfera do Estado com o objetivo de participar na definição dos rumos das políticas públicas. Os resultados dessa relação são diversos, pois, conforme podemos observar mais adiante ao discutir a atuação dos integrantes do GT7, os confrontos entre os interesses do Estado e as prerrogativas do campo acadêmico são contínuos.

A proposta inicial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para uma associação de pós-graduação surgiu em 1976, no contexto do Plano Nacional de Pós-Graduação em Educação (PNPG/EDU). Entre as linhas operacionais do PNPG/EDU, duas referiam-se à ANPEd. José Carmelo Braz de Carvalho (2001), no artigo *Origens da ANPEd: de instituída a instituinte*, esclarece sobre essas duas linhas:

[...] manter entre os diferentes cursos uma relação de reciprocidade que facilite uma interfertilização e uma coparticipação responsável; reconhecer a importância de princípios auto-reguladores e auto-modificadores [sic] e seu poder para uma progressão integradora dos desempenhos dos cursos. (CARVALHO, 2001, p. 135).

Em linhas gerais, reconhecia-se a importância de uma associação nacional para a integração dos diferentes programas de pós-graduação. A solução encontrada foi modelar-se à ANPEC, que, por já ter adquirido prestígio, era uma proposta interessante a ser seguida.

A primeira reunião para institucionalização através da coordenação do seu programa de pós-graduação da área de educação, a CAPES convocou os coordenadores de cursos então integrados ao PPG/EDU para uma reunião na PUC-Rio, nos dias 19 e 20 de agosto de 1976 [...]. A essa reunião compareceram coordenadores do mestrado da UFC, UFPE, UFRJ, UFMG, UFF, UFS-Car, UFBA, UnB, UFRS, PUC/SP, PUC-Rio e FGV/IESAE. Participaram também o então diretor da CAPES, professor Darcy Closs, a assessora da CAPES e coordenadora do PPG/EDU, Marilú F. Medeiros, o assessor da CAPES, Edward Kapinus e alguns professores convidados. (CARVALHO, 2001, p. 135).

Como resultado dessa reunião, foi criado um grupo de trabalho constituído por “[...] coordenadores da PG/EDU do Grande Rio: Lyra Paixão (UFRJ), Célia Frazão Soares Linhares (UFF), Sérgio Fernandes (FGV/IESAE) e José Carmelo Carvalho (PUC-Rio)” (CARVALHO, 2001, p. 136). O objetivo desse grupo era elaborar uma minuta para os estatutos da futura Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Educação. No entanto, segundo Carvalho (2001, p. 136), “[...] não se observou entre os representantes institucionais da PG/EDU uma postura nítida em relação à proposta de criação da ANPEd moldada sob o modelo ANPEC”. A segunda reunião para criação da ANPEd aconteceu entre os dias 14 a 16 de março de 1978, quando participaram:

[...] 34 representantes dos diversos programas então em funcionamento, a saber: dois representantes da UnB, UNICAMP, PUC/SP, UFSM, UFRS, UFPB, UFMG; um representante da UFC, UFPE, UFSC, UFPR, UFBA, PUC/RS; da área do Rio de Janeiro dois representantes da UFF, três da UFRJ e da PUC-Rio, mais 6 representantes do FGV/IESAE, em cuja sede estava sendo realizado o encontro nacional. (CARVALHO, 2001, p. 137).

O grupo de sócios fundadores da ANPEd reuniu-se em Curitiba em maio de 1978, durante o *Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação: linhas de pesquisa, teses e integração docente*, promovido pela Capes, no qual foi aprovada a versão final da ata dessa Associação.

Na aprovação da ata de constituição da ANPEd, foi colocado em discussão o texto do estatuto. Os participantes destacaram e propuseram modificações nos artigos ou parágrafos cuja redação tivesse escapado aos termos firmados na reunião de março. Procedeu-se, dessa forma, à retificação de alguns pontos e à ratificação dos demais, chegando-se, então, à versão final do estatuto. (CARVALHO, 2001, p. 138).

Os objetivos gerais da ANPEd foram definidos na ata dessa reunião. No artigo 1º ficou estabelecido que ela “[...] se constitui como uma sociedade civil sem fins lucrativos, que congrega instituições e profissionais no campo da Educação, em nível de pós-graduação, com a finalidade de promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa” (HENRIQUES, 1998, p. 83). No decorrer dos anos, o estatuto da ANPEd sofreu modificações, tal como exemplificado por Henriques (1998, p. 83): “[...] 1978, 1981, 1988, 1997” e “[...] a edição do Plano Global 1994-1995”.

Pela explicitação no artigo primeiro é possível sustentar que a criação da ANPEd estabelecia em seu estatuto de fundação a necessidade de um espaço para promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, isto é, a caracterização de um ambiente institucional de caráter nacional que articulasse os pesquisadores de diferentes regiões e estados e contribuísse à consolidação de um campo de pesquisa da área de Educação. Ao consultar a última versão do Estatuto da ANPEd, é interessante destacar que, entre os objetivos dessa instituição, consta, como sua atribuição, “[...] promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do país, particularmente no nível da pós-graduação” (ANPEd, 2006, p. 3). Essa passagem que no estatuto é o sétimo objetivo da ANPEd materializa a outra dimensão dessa instituição – a função política, isto é, além da pretensão de garantir uma certa autonomia do campo de pesquisa, defende-se a necessidade de intervenção intelectual no campo da política – arena das discussões e das formulações de políticas públicas para a Educação, ou seja, “[...] na batalha para manter ou mudar a visão do mundo social, conservando ou modificando as categorias de percepção do mundo e trabalhando para a constituição de um senso comum que aparece como verdade do mundo social” (HEY, 2008, p. 223). Nesse sentido, a ANPEd, ao defender sua autonomia intelectual, não promove uma alienação de seu papel em relação aos problemas políticos do Brasil. Ao contrário, é possível de interpretar sua pretensão na direção do que Bourdieu classificou como condição bidimensional do intelectual – agente preocupado em produzir conhecimentos acadêmicos, garantindo a autonomia do campo de produção cultural, mas também atento ao compromisso público e à responsabilidade ética de usar sua perícia e seu conhecimento técnico para discutir as direções das políticas públicas educacionais.

Nos termos de Pierre Bourdieu (1996, p. 380), “[...] o intelectual é um ser paradoxal, que não nos é possível pensar como tal enquanto o apreendermos, através da alternativa obrigatória da autonomia e do empenhamento, da cultura pura e da política”. Essa condição, aparentemente contraditória, é a condição histórica dos intelectuais inaugurada pelo Caso Dreyfus, quando “[...] intervieram na vida política *enquanto tais*, quer dizer, com uma autoridade específica assente na pertença ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura, e em todos os valores associados a essa autonomia – desinteresse, competência, etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 380, grifo do autor). Além disso, o autor destaca que: “O intelectual é uma personagem bidimensional que só existe e subsiste como tal (e apenas se) for investido de uma autoridade específica, conferida por um mundo intelectual autônomo (quer dizer, independente dos poderes religiosos, políticos, económicos)” (BOURDIEU, 1996, p. 380).

Essa exposição sintética do processo de constituição da ANPED tem a pretensão de indicar a dupla preocupação que marca a história dessa instituição social, pois caracteriza-se por um espaço de representatividade dos pesquisadores da área de Educação, bem como por um ambiente de organização política de defesa dos projetos societários e educativos. Portanto, constitui-se pela condição bidimensional do intelectual – lócus de luta pelos interesses acadêmicos, mas também de tomada de posições políticas em defesa da Educação brasileira nos diferentes níveis. Não é objetivo desta exposição retratar as disputas existentes no interior da ANPED. É sabido que o campo acadêmico é recortado pelo campo de poder, no qual os seus integrantes disputam o controle sobre esse espaço. A própria organização dos inúmeros GTs dessa Associação é uma indicação clara das diversas subáreas existentes no campo educacional, nas quais seus associados manifestam suas convergências e suas divergências. Não obstante, é preciso reiterar que a referida Associação busca compartilhar determinadas afirmações a respeito dos problemas específicos da Educação, assim como age coletivamente na tentativa de materializar a sua força moral na definição das políticas públicas estabelecidas pelo Estado.

A ação dos intelectuais está associada à configuração de instituições sociais. No recorte deste texto, a atuação desses personagens está relacionada à ANPED, mas de forma específica ao GT7 dessa Associação. Não é possível imaginar o trabalho intelectual desvinculado do processo de criação de centros culturais. Assim, problematizar o campo educacional brasileiro da segunda metade do século XX perpassa inexoravelmente pela ANPED e seus GTs, pois nela se buscou conformar uma experiência histórica de produção do conhecimento sobre o referido campo, bem como constituir um espaço político de pressão sobre as esferas do MEC. No entanto, esse reconhecimento não implica em eclipsar os confrontos existentes no interior da ANPED, muito menos em afirmar de

modo categórico que ela é detentora de uma verdade inquestionável a respeito dos problemas educacionais.

GT7 da ANPEd: espaço do intelectual específico da Educação Infantil

Os grupos de trabalhos foram criados na Assembleia Geral da Associação, realizada em Belo Horizonte, em março de 1981. O Boletim ANPEd assim justifica a criação dos GTs:

Os grupos de trabalho têm por objetivo reunir sócios da ANPEd que estejam trabalhando em temas semelhantes ou afins e estejam interessados em debater seus trabalhos com outros colegas da Associação. Espera-se que os Grupos venham a constituir-se em fórum acadêmico importante para discussão e troca de opinião sobre: a) resultados de pesquisas realizadas; b) problemas relevantes que precisam ser abordados em futuros trabalhos de pesquisa; c) experiências metodológicas; d) intercâmbios de informações bibliográficas; e) intercâmbios de estudos e trabalhos realizados. (BOLETIM ANPEd, 1981 apud PUCCI, 2006, p. 5383-5384).

Pelo fragmento da ANPEd, fica explícito o objetivo acadêmico que acalentava o grupo envolvido com os GTs. Trata-se de uma ação que procurava estabelecer um espaço específico dentro da ANPEd, congregando pesquisadores de diferentes lugares do Brasil que tivessem em seus horizontes problemas de pesquisas semelhantes ou afins. Nesse sentido, a criação de GTs materializou o desejo de estabelecer espaços com características marcadamente acadêmicas, o que deve ser compreendido no processo de constituição de autonomia do campo cultural em geral e do campo acadêmico em específico⁴. O problema da autonomia do campo cultural ou do papel do intelectual é discutido por Bourdieu (1996, p. 382) quando assinala que “[...] o intelectual (ou, melhor, os campos autônomos que o tornam possível) não foi instituído de uma vez por todas e para todo o sempre com Zola”. E mais do que isso, “[...] os detentores de capital cultural podem sempre ‘regredir’, no termo de uma decomposição dessa espécie de combinação instável que define o intelectual” (BOURDIEU, 1996, p. 382).

Os primeiros GTs a serem criados foram Educação do 1º grau, Educação do 2º Grau, Educação Superior, Educação Popular, Educação Rural, Educação e Linguagem e Educação Pré-Escolar. A inclusão da Educação Infantil como

⁴ Bourdieu debateu intensamente em suas obras o processo de autonomia do campo cultural no contexto francês no século XIX, particularmente na obra *As regras da arte*. No caso brasileiro, o processo de autonomia do campo cultural é retratado nos estudos de Sérgio Meceli, especialmente na obra *Intelectuais à brasileira* e nos dois volumes de *História das ciências sociais no Brasil*. A respeito do campo educacional existem inúmeros estudos, entre eles destacamos o livro *A construção da pesquisa em educação no Brasil* de Bernadete Gatti (2010), no qual ela apresenta um conjunto de balanços das investigações do campo educacional.

GT data do ano de 1981. Em relação ao grupo de trabalho “Educação Infantil”, Candal Rocha (2008) esclarece que a inclusão do GT é a expressão do intenso movimento de discussões sobre as políticas sociais e educacionais que marcou a década de 1980. Inicialmente, o GT teve como denominação Educação Pré-escolar, a qual sofreu alteração no ano de 1988 para a educação de crianças de 0 a 6 anos. A alteração no nome do GT ocorreu devido aos sócios integrantes da ANPEd considerarem a nova nomenclatura “[...] mais abrangente e mais adequada aos direitos constitucionais que acabavam de ser conquistados” (ROCHA, 1999, p. 86).

A respeito da fundação do GT Educação Pré-escolar, Rocha (2008) destaca:

Fundado como GT de Educação Pré-escolar, o grupo reuniu pesquisadores e profissionais ligados à formação e aos sistemas de ensino na rede pública, com a intenção de constituir um fórum de *discussões e debates dos problemas e políticas da área*. Durante os primeiros anos de sua consolidação, entre as discussões que buscavam um reconhecimento da situação da educação infantil nacional, o GT organizou *debates* internos e reuniões de trabalho tendo em vista a definição de posicionamentos da ANPEd frente às novas deliberações legais que pautaram todo o cenário político desde o fim dos anos oitenta, em especial até a promulgação da LBD. (ROCHA, 2008, p. 53, grifos nossos).

A organização por meio de GTs permitiu a constituição de uma comunidade de pesquisadores com especialização cada vez mais avançada. Tal condição gerou, na segunda metade do século XX, uma pulverização de interesses dos intelectuais. Por um lado, possibilitou a consolidação de peritos em diferentes áreas e subáreas da Educação. Por outro, “[...] a especialização cada vez mais avançada leva os investigadores a absterem-se das vastas ambições do intelectual à maneira antiga” (BOURDIEU, 1996, p. 385). A abstenção das ambições do modelo de intelectual engajado, no sentido personificado por Sartre, não representa a retirada do intelectual do campo político. Ao contrário, a observação de Candal Rocha citada anteriormente evidencia o engajamento político dos intelectuais da área de EI. Entretanto, a forma de engajamento tem um sentido muito peculiar, cuja razão deve ser buscada na experiência histórica do último quartel do século XX.

A intervenção do intelectual no mundo da política tal qual proclamada por Candal Rocha está associada à autonomia do campo de produção cultural, pois em nome da competência científica o agente da cultura julga-se no direito de debater as direções dos assuntos do mundo da política. Sem dúvida, a nova configuração do papel intelectual consubstancia uma intervenção específica, pois os intelectuais do GT7 pretendem discutir apenas ou principalmente os problemas e as políticas da área de EI. Nesse sentido, a representação intelectual inaugurada no Caso Dreyfus e proclamada por Sartre perde sentido histórico.

De acordo com Helenice Rodrigues, a definição de intelectual comprometido com uma concepção global de homem e sociedade (acepção sartriana) “[...] se aplica à representação social do intelectual francês no pós-guerra, ou seja, à figura do intelectual engajado, aquele que, de 1945 a 1980, reivindicando moral e política, se investe no espaço público” (RODRIGUES, 2005, p. 396). Tal assertiva não representa, ao nosso entendimento, a demissão dos intelectuais ou a exclusão do intelectual do debate público. Porém, há uma mudança do papel do intelectual, pois “[...] se o final do engajamento político assinala, no início dos anos 80, o ‘silêncio dos intelectuais’, o abandono de uma missão revela os sinais de uma profunda crise da sociedade francesa” (RODRIGUES, 2005, p. 397, grifo da autora). Na interpretação de Rodrigues, houve a substituição do intelectual universalista pelo intelectual expert – “[...] abandonando a política e o espaço público, o intelectual, re-convertido à sua nova função de ‘especialista’, se confina nas instituições de produção do conhecimento” (RODRIGUES, 2005, p. 397, grifo da autora). Essa nova condição da *intelligentsia*, na terminologia bourdieusiana, seria possível caracterizar como força específica do intelectual ou intelectual específico. Essa representação do papel do intelectual apregoada por Rocha Candal pode ser compreendida à luz de Bourdieu (1996, p. 380) quando afirma que “[...] longe de existir uma antinomia entre a busca da autonomia e a busca da eficácia política, é aumentando a sua autonomia que os intelectuais podem aumentar a eficácia de uma ação política cujos fins e os meios encontram o seu princípio na lógica específica dos campos de produção cultural”.

O GT7 em seus primeiros anos buscou acompanhar o que vinha sendo a ideia geral dos demais GTs da ANPED. Ao longo dos anos, o GT7 seguiu com os debates, na tentativa de manter “[...] *uma vigilância crítica*” (ROCHA, 2008, p. 57, grifos nossos). Essa passagem pode ser aproximada da discussão promovida por Bourdieu no início da década de 1990, na qual ele reconhece o enfraquecimento do papel do intelectual no contexto francês. Contudo, ele reafirma que a atuação desse agente é uma condição aberta, pois “[...] a reivindicação da autonomia que se acha inscrita na própria existência de um campo de produção cultural tem de contar com obstáculos e poderes incessantemente renovados” (BOURDIEU, 1996, p. 383). Além disso, ressalta que “[...] para compreenderem e dominarem as oposições que ameaçam dividi-los, os intelectuais dos diferentes países devem ter sempre presente no espírito a estrutura e a história dos poderes contra os quais terão de se afirmar para existirem enquanto intelectuais” (BOURDIEU, 1996, p. 383).

Desse modo, não cremos que aos integrantes do GT Educação Pré-escolar seja possível imputar um dilema, pois a história da ANPED e dos GTs configura-se com a preocupação de produzir conhecimento, assim como discutir as políticas públicas educacionais. No entanto, é possível indicar que cada

comunidade congregada nos GTs busca intervir nos assuntos específicos, caracterizando o “intelectual expert” (RODRIGUES, 2005) ou o “intelectual específico” (BOURDIEU, 1996). O GT7 representa a associação de um conjunto de pesquisadores que tem em seus horizontes o problema da pesquisa na área de EI. Tal hipótese é sustentada por Ligia Leão de Aquino ao afirmar que as pesquisas na década de 1980 “[...] tinham como foco o desenvolvimento infantil na creche e pré-escola e a afirmação do direito das crianças à educação” (AQUINO, 2007, s/p.), destacando-se *Legislação e Criança* como tema da mesa redonda na 11ª Reunião Anual da ANPEd em 1988 e o Seminário de Financiamento de Políticas Públicas para a criança de 0 a 6 anos organizado pelo GT, em cooperação com a Fundação Carlos Chagas (FCC). Além disso, representou o lócus de acúmulo de capital simbólico necessário para intervir no debate das políticas para EI.

No final da década de 1980 e início dos anos de 1990, houve um fortalecimento da produção científica nos programas de pós-graduação. Essa intensificação coincide com a nova sistemática de apresentação escrita dos trabalhos e das comunicações nas reuniões anuais da ANPEd. Para Rocha (1999):

Já em 90, de acordo com o relatório do grupo, por exemplo, foram selecionados quatorze dos dezoito trabalhos inscritos. Entre os critérios expressos pelos coordenadores foram a relevância do tema, a consistência teórica, a discussão crítica, etc. Frequentemente os critérios de seleção, hoje sob responsabilidade de um comitê científico, têm sido objeto de discussão na ANPEd e, desde 1995, as regras quanto à formatação também passaram a ser eliminatórias. Hoje, com a expressa limitação do número de trabalhos e pôsteres por GT, essa exclusão tende a se acentuar e pode por em risco a ampliação do debate, especialmente em áreas como a educação infantil, onde se busca ampliar as pesquisas e o espectro de abordagem. (ROCHA, 1999, p. 88).

Segundo Sonia Kramer, no ano de 1980, quando ela participou pela primeira vez da ANPEd, ainda como mestranda da PUC-Rio, o GT representava “[...] um dos poucos espaços acadêmicos existentes então no Brasil, que buscava integrar pesquisadores preocupados e ocupados com os estudos das crianças pequenas” (KRAMER, 2002 apud CAMPOS et al., 2002, p. 2). Ela destaca algumas características que vêm acompanhando o GT7, “[...] troca de conhecimento, afeto e *luta política*, ao lado da *busca de alternativas práticas* [...] *discussões*, os *questionamentos*, a oportunidade de apresentar trabalhos [...] têm marcado nossas relações” (KRAMER, 2002 apud CAMPOS et al., 2002, p. 2-3, grifos nossos).

Na avaliação de Candal Rocha, o GT7 buscava apresentar “[...] *críticas* cada vez mais consistentes, articuladas e representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a educação infantil no país” (ROCHA, 1999 apud CAMPOS et al., 2002, p. 13, grifo nosso). Ela destaca os sentidos existentes no início da década de 1990:

A passagem para a nova década destaca-se pelo *retorno ao debate das políticas governamentais*, especialmente pela *discussão* e apresentações de proposições para o *Plano Nacional de Educação* e para o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, que resultaram em algumas publicações. (ROCHA, 1999 apud CAMPOS et al., 2002, p. 13, grifos nossos).

A organização desse item objetivou reconstituir alguns aspectos da história do GT7, buscando discutir a hipótese de que esse grupo de trabalho criou uma representação de que a congregação de pesquisadores da área de Educação da criança de zero a seis anos consistia em uma estratégia para estabelecer a figura do intelectual específico, cuja concentração de competência técnica e de poder simbólico aumentaria a eficácia de suas ações no campo das políticas educacionais.

Crítica ao RCNEI: manifestação pública do intelectual crítico

No período de 1994 a 1997, os pesquisadores mais reconhecidos do GT7, sob a coordenação de Angela Barreto, compartilharam dos principais debates a respeito dos rumos das políticas públicas para a EI. Entretanto, no final de 1997, o grupo retirou-se da esfera do MEC, após a destituição de Barreto do cargo de coordenadora da COEDI. A primeira resultante da mudança de equipe foi a rápida conclusão do RCNEI, o que indica a existência de conflito entre os interesses do MEC e os encaminhamentos feitos pelo grupo de Barreto. Não houve publicização desse conflito no momento da mudança de direção da COEDI. Entretanto, no processo de discussão e implantação do RCNEI, as divergências tornaram-se claras, pois os integrantes do GT7 passaram a fazer uma série de considerações negativas a respeito do documento elaborado pelo MEC. Assim, nesta parte do texto, a pretensão é discutir a ação pública dos intelectuais do GT7 no contexto de elaboração do RCNEI, isto é, problematizar os principais debates teóricos e políticos protagonizados por esses agentes que em nome da *perícia* e do *conhecimento especializado* em EI, intervieram no cenário público para manifestar suas posições de crítica ao documento emanado da COEDI/MEC que objetivava estabelecer diretrizes nacionais à EI.

Em fevereiro de 1998, a COEDI disponibilizou a versão preliminar do RCNEI aos pesquisadores da EI. A intenção do MEC seria que essa versão constituísse a base para a versão final. Como forma de avaliação desse novo documento, vários profissionais da EI receberam uma cópia e foram chamados a emitir pareceres individuais e/ou institucionais acerca dessa proposição do MEC. Mais precisamente, 700 pareceristas – entre profissionais de EI, administradores e pesquisadores –, receberam a versão para emitir suas observações. O tempo disponibilizado pelo MEC para análise da versão e entrega dos pareceres

foi de um mês. Em razão do curto prazo disponibilizado e da complexidade de uma proposta com pretensão nacional, “[...] os pareceres foram sendo redigidos e socializados entre as pessoas” (CERISARA, 2007, p. 21). Sem dúvida que trinta dias representa um prazo exíguo para mobilizar profissionais envolvidos com o problema da Educação Infantil no Brasil. Nesse sentido, a estratégia do GT7 foi de concentrar as atividades, contribuindo para garantir uma avaliação técnica, assim como para constituir uma forma para exercer o papel de crítica intelectual sobre a produção do MEC.

Frente ao processo acelerado de elaboração do RCNEI, pesquisadores da EI e associados ao GT7 começaram a discutir esse documento e as concepções nele defendidas. Segundo Faria e Palhares (2007, p. 2), a curta trajetória do direito conquistado pelas crianças “[...] impõe procedimentos criteriosos para a sua inclusão numa política integrada e coerente para a infância no Brasil, apontando para a superação de incongruências que políticas (e “não-políticas”) isoladas foram desenhando”. Nessa observação é possível identificar a força de que “[...] a parte de indeterminação e de incerteza que caracteriza o mundo social e suas divisões torna possível a pluralidade de visões de mundo e as tentativas de impor aquela que aparecerá como natural e legítima” (HEY, 2008, p. 223).

Nesse percurso de discussões e reflexões sobre essa nova proposição, o grupo do GT7 percebeu a necessidade de contribuir para que o documento fosse “[...] representativo das concepções mais recentes na área e que viesse a significar um avanço e não um retrocesso para a qualidade do trabalho a ser realizado com meninos e meninas menores de 7 anos em creches e pré-escolas (CERISARA, 2007, p. 20-21). Assim, os integrantes do GT7 decidiram por fazer um parecer coletivo, fundamentado no conteúdo dos pareceres individuais que tinham em mãos. A intenção de um parecer coletivo, além da possibilidade de reflexão sobre um documento tão importante para a área, era a de “[...] perceber até que ponto o resultado dos pareceres seria ou não incorporado pelo Ministério da Educação (MEC) na versão final do RCNEI” (CERISARA, 2007, p. 21). Aqui está presente a assertiva de que “[...] a política é uma luta pelas ideias, mas também por um tipo de ideia totalmente particular, as ideias-força, aquelas que dão a força, funcionando como poder de mobilização” (HEY, 2008, p. 223).

Nesse trabalho, a ANPED reconheceu a importância da iniciativa do MEC, elucidando que “[...] um dos méritos da proposta é justamente ter provocado uma ampla mobilização para a reflexão e o debate sobre os objetivos e as características da educação infantil, no contexto das grandes mudanças introduzidas na legislação a partir da Constituição de 1988” (ANPED, 1998, p. 89). Por um lado, a iniciativa dos agentes do MEC objetivava constituir uma ideia-força ou um documento-guia à EI. Nesse sentido, se o *nomos* do MEC tornasse-se universal, ou se todos vissem a EI como os agentes da COEDI/MEC a viam,

os representantes do campo intelectual reforçariam a posição dos integrantes do campo político. Por outro lado, a força tarefa do MEC provocou uma reação entre os principais integrantes do GT7, pois eles se declararam interessados em tomar a EI como um domínio de batalha no mundo político, portanto lançaram-se na luta contra “[...] a imposição da dominação simbólica, aquela que permite, a uma ordem social, reproduzir-se no reconhecimento e no desconhecimento da arbitrariedade que a institui e pela legitimação de uma forma de ver o mundo social” (HEY, 2008, p. 224).

Para isso, Ana Lúcia de Faria enviou uma carta a todos os membros do GT7, bem como publicou uma cópia dessa missiva na Lista Infância⁵ e na página do antigo Núcleo de Estudos de Criança de 0 a 6 anos (NEE0a6), atualmente Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De posse do material, o grupo do GT7 organizou um parecer-síntese com as opiniões colhidas, no qual destacaram-se os aspectos de convergências e/ou divergências de posicionamentos e preocupações entre os pareceristas.

As avaliações dos pareceres analisados acerca do novo documento foram diversas, pois “[...] muitos comentaristas sugeriram a retirada do documento, outros fizeram sugestões de modificações substanciais, o que levaria a um trabalho longo de reconstrução da proposta” (ANPED, 1998, p. 96). Em razão disso, foi decidido por uma reformulação não muito profunda, levando em consideração os aspectos prioritários, para que, dessa forma, o MEC fosse “[...] receptivo em relação às críticas e sugestões apresentadas” (ANPED, 1998, p. 96).

Esse parecer coletivo foi apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED em Caxambu, Minas Gerais, em setembro de 1998. Nessa mesma reunião, Ana Beatriz Cerisara apresentou o trabalho encomendado: *A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações*.

Para Cerisara (2007), durante o processo de elaboração do RCNEI, foi possível perceber uma variedade de opiniões que revelava diferentes olhares sobre essa área tão recente e com diferenças regionais tão marcantes. Ainda conforme a autora:

A grande preocupação dos pesquisadores desta área é com a própria criança de 0 a 6 anos que apenas em 1988 com a nova Constituição adquiriu pela primeira vez na história do Brasil o direito à educação em creches e pré-escolas. Dez anos depois, com a LDB, o PNE e estes referenciais, nossa preocupação continua a mesma, tentando superar obstáculos, sem ignorar os avanços já alcançados até o momento. (CERISARA, 2007, p. 21).

⁵ Segundo Cerisara (2007), a Lista Infância é o e-mail de um grupo de trabalho.

Após a apresentação desse trabalho, na XXI Reunião Anual da ANPEd, na qual os participantes evidenciaram uma possível desconsideração do MEC em relação aos debates e às pesquisas que vinham sendo construídos para a EI, os sócios decidiram elaborar um livro/manifesto, cujo objetivo consistia em registrar “[...] na história da infância e na história da educação brasileira este grave momento que as crianças pequenas estão atravessando” (FARIA; PALHARES, 2007, p. 3). Assim, no ano de 1999, foi publicado o livro *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*, financiado por três universidades públicas do país (Faculdade de Educação da UNICAMP, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal de São Carlos).

Segundo Maria Malta Campos (2007, s/p.), responsável pelo prefácio do livro, os textos incluídos nessa obra “[...] ajudam a situar, contextualizar e abordar documentos e iniciativas, oficiais e não oficiais, cujos possíveis méritos são também devedores do processo amplo de debate e mobilização vivido pela área de educação infantil nos últimos anos”. Conforme a prefaciadora, o mérito da coletânea é “[...] construir algumas pontes entre especialistas que militam em distintas subáreas educacionais, assim como entre aqueles que atuam pressionados por diferentes constrangimentos de tempo e espaço” (CAMPOS, 2007, s/p.).

A elaboração de um parecer coletivo (1998) e a organização de um livro (1999) revela a estratégia dos integrantes do GT7 de participar do debate e do processo de implantação das políticas públicas para EI, na tentativa de garantir aquilo que consideravam relevante para o avanço da educação da criança de zero a seis anos. Tratou-se de uma estratégia de poder, cuja finalidade consistia em garantir uma certa eficácia do discurso acadêmico no campo da política. A rigor, uma parcela de pesquisadores estava envolvida nas discussões da COEDI desde 1994, arrefecida no final de 1997 com a troca da direção do referido setor do MEC. Após 1998, a posição dos integrantes do GT7 não foi de assessoria ou consultoria ao processo de elaboração de diretrizes nacionais para a EI. Ao contrário, eles passaram a ser debatedores, avaliadores, leitores sistemáticos e arguidores de um documento produzido rapidamente por consultores brasileiros e estrangeiros das mais variadas áreas do conhecimento. Nesses termos, a avaliação produzida pelos pesquisadores do GT7 apresenta um duplo caráter: um que está marcado por certo ressentimento em razão da destituição de Angela Barreto da COEDI após quase meia década de discussão sobre os problemas e as perspectivas da EI no Brasil. Outro pela preocupação teórica especificamente, pois pretendia-se observar em que medida as discussões constituídas no campo acadêmico faziam-se presentes no RCNEI.

No corpo do parecer coletivo, há reiteração do papel intelectual da ANPEd e do GT7, pois busca-se “[...] aliar o interesse pelo tema [EI] com militância e engajamento nos movimentos sociais e nas políticas públicas voltadas

para a criança pequena” (ANPED, 1998, p. 90). Além disso, reafirma-se que no campo da EI “[...] permanecem áreas de disputa entre diversas concepções de criança, de educação, de família e de sociedade” (ANPED, 1998, p. 90). A rigor, as passagens citadas indicam a dupla preocupação desses intelectuais da EI, pois eles lutavam pela constituição de um campo de pesquisa, portanto pela definição dos principais conceitos dessa área, bem como pela intervenção no debate a respeito das políticas públicas dirigidas à EI. A rigor, não há um consenso entre os pesquisadores a respeito de um conjunto significativo de temas relacionados à EI. De acordo com o parecer, alguns “[...] que rejeitam mais categoricamente o modelo escolar também não aceitam propostas de currículos para esse atendimento” (ANPED, 1998, p. 90). Por outro lado, propõem “[...] uma estrutura de funcionamento bastante flexível e aberta às iniciativas das crianças, sem a preocupação com o desenvolvimento de determinados conteúdos” (ANPED, 1998, p. 90). Os integrantes dessa posição também rechaçavam qualquer tentativa de inclusão das crianças de seis anos ao Ensino Fundamental, assim como defendiam uma formação específica aos educadores da EI. Por outro lado, conforme parecer da ANPED, outros pesquisadores adotam uma posição de estruturação da EI em um formato curricular e de uma identidade docente semelhante ao Ensino Fundamental.

Tais observações do parecer coletivo indicam a disputa aberta pelo monopólio de definir o próprio campo científico da EI. Entretanto, a divergência acerca de inúmeros conceitos específicos da EI não impedia, na avaliação dos pareceristas, a existência de confluências entre os pesquisadores, particularmente no que diz respeito ao modelo de organização da educação da criança de 0 a 3 anos, pois “[...] todos concordam que as crianças menores necessitam de modelos mais flexíveis, abertos e não escolarizados de atendimentos, onde as funções de cuidar e educar estejam interligadas” (ANPED, 1998, p. 91). Essas observações indicam que a luta em torno do RCNEI expressava, acima de tudo, uma disputa intelectual, pois o campo de produção cultural “[...] é o lugar de lutas, mas essas lutas possuem alvos específicos, e o poder e prestígio que elas perseguem é de um tipo absolutamente particular” (BOURDIEU, 2004a, p. 172). O confronto ganha um status público em razão de o RCNEI expressar uma determinada concepção de EI e renunciar a outros modos de percepção.

A diretriz do parecer coletivo fundamenta-se no domínio técnico a respeito dos principais conceitos correspondentes à EI. As críticas ao RCNEI são estabelecidas a partir da perícia, do conhecimento especializado, acumulado pelos integrantes do GT7, pois suas avaliações procuram indicar os limites da forma e estrutura geral do documento (aspectos formais, aspectos estruturantes da proposta, organização por faixas etárias, concepção de desenvolvimento infantil, concepção de currículo e aspectos relativos aos conteúdos). Nesse sentido, esse

grupo toma uma posição pública em nome do prestígio do campo acadêmico, ou seja, em nome “[...] de um lócus de relações que tem como protagonistas agentes que têm por delegação produzir conhecimento acadêmico, isto é, um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal” (HEY, 2008, p. 220).

O parecer coletivo encerra-se com o item *recomendações finais* – o que expressa a condição do intelectual na relação com o mundo da política. A rigor, a terminologia recomendação indica que a condição dos intelectuais no campo político ocupa um *status* de dominação, isto é, nas lutas ou batalhas políticas os intelectuais não têm poder para fazer determinações. Tal assertiva encontra-se em Bourdieu (2004a, p. 174) quando afirma que “[...] os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo do poder [campo político]. Os artistas e os escritores, e de modo mais geral os intelectuais, são uma fração dominada da classe dominante”. Entretanto, imbuídos de capital cultural e capital simbólico, consideram-se autorizados a recomendar determinadas ações aos agentes do MEC. A partir dessa condição de representante do campo acadêmico, a direção da ANPEd recomendou que o RCNEI deveria ser reformulado, tomando por base as críticas sistematizadas pelos pareceristas, pois o texto procurou “[...] sintetizar os pontos de consenso entre os pesquisadores, reconhecendo que, em muitos aspectos, não reproduziu toda a gama de opiniões colhidas no âmbito da entidade” (ANPED, 1998, p. 96).

O livro *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios* expressa outra estratégia de ação dos intelectuais da EI, pois “[...] o objetivo desta coletânea é documentar uma importante polêmica dos nossos tempos: currículo e educação infantil, isto é, orientações para a programação pedagógica e cuidado das crianças de 0 a 6 anos em instituições de educação infantil” (FARIA; PALHARES, 2007, p. 2). Nessa obra, as organizadoras reconhecem como positiva a contribuição de Angela Barreto que, entre 1994 e 1997, “[...] vinha magistralmente orquestrando uma política plural para a área, com a participação dos mais diferentes segmentos da sociedade, produzindo documentos, realizando seminários, debates” (FARIA; PALHARES, 2007, p. 2). Por outro lado, consideram que houve retrocesso “[...] com os referenciais e com a troca da coordenação da COEDI” (FARIA; PALHARES, 2007, p. 2). Essas pesquisadoras sustentam que era latente “[...] a omissão da contribuição das pesquisas nos RCN [Referenciais Curriculares Nacionais], além da desconsideração em relação às profissionais e suas práticas” (FARIA; PALHARES, 2007, p. 2-3).

No texto *A educação infantil: uma questão para o debate* que compõe a referida coletânea, Marina Palhares e Cláudia Martinez afirmam que o RCNEI representou um desvio de rota, pois “[...] o caminho apontado pela equipe técnica responsável pela educação infantil no MEC, em 1994, era o de buscar a superação da dicotomia da educação/assistência incentivando estratégias de articulação

de diversos setores e/ou instituições comprometidas com a educação infantil” (PALHARES; MARTINEZ, 2007, p. 6). No entanto, “[...] o RCNEI representa um ponto de inflexão na trajetória que vinha sendo gestada anteriormente pela Coordenadoria de Educação Infantil” (PALHARES; MARTINEZ, 2007, p. 8). O desvio de rota a que se referem as autoras está associado ao fato de que o RCNEI deixou de “[...] contemplar a produção que vinha sendo construída com uma prioridade para o atendimento das crianças oriundas de camadas populares, com qualidade” (PALHARES; MARTINEZ, 2007, p. 10). Em termos específicos, Palhares e Martinez (2007) observam que:

As questões sobre as condições do ambiente, a razão adulto/criança, a adequação de espaço físico, a formação de vínculos do educador e a rotatividade do profissional da creche ocasionada em grande parte por sua baixa remuneração e a própria formação do professor não foram abordadas. Sem tocar em tais pontos, temos o RCNEI como desvio. (PALHARES; MARTINEZ, 2007, p. 12).

O ponto de demarcação da crítica ao RCNEI deve ser interpretado a partir das posições e disposições dos intelectuais do GT7. Em primeiro lugar, os integrantes do GT7 estavam envolvidos desde a década de 1980 com pesquisas na EI, portanto organizavam-se em busca da constituição de um campo acadêmico da EI. Em segundo, a gestão da COEDI/MEC, capitaneada por Angela Barreto, estabeleceu forte vinculação com os pesquisadores do GT7. Entretanto, a direção da COEDI foi alterada. Essa nova equipe foi responsável pela formulação do RCNEI. No entendimento dos integrantes do GT7, o grupo responsável pela elaboração do RCNEI desconsiderou a produção científica acumulada por longos anos de investigação. Essa interpretação cria um efeito de sentido favorável ao grupo que controla o GT7 e deslegitima o grupo que formulou o RCNEI.

Desse modo, a voz dos integrantes do GT7 ergueu-se para produzir uma linguagem de resistência. Essa atuação pode ser compreendida à luz dos conceitos de intelectual crítico de Michel Foucault, pois se mostra uma hipótese fecunda para analisar as ações desse grupo que, ao representar os espaços da ANPEd, luta contra as formas de poder que emergem em nosso meio educacional e busca “[...] feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso” (FOUCAULT, 2003, p. 71).

Segundo Jacques Leclerc (2004), em nossa história, são numerosos os intelectuais que não hesitaram em colocar seu pensamento a serviço de ideias contestatórias, tomando partido em causas públicas, colocando em dúvida a verdade oficial apresentada pelos poderes e pelas instituições. Em regra, as relações entre os intelectuais e os agentes do Estado são marcadas por confrontos, pois é próprio da condição bidimensional da *intelligentsia* buscar uma posição autônoma,

embora exista “uma fronteira viva” entre o campo acadêmico e o campo político. É em nome da cultura que os intelectuais veem-se em conflito e tensão com o Estado e com o grupo político.

É essa condição intelectual que observamos nas ações dos integrantes do GT7 da ANPEd no contexto circunscrito entre 1998 e 1999. Essa hipótese pode ser evidenciada ao se observar o conjunto de ações empreendidas pelas principais lideranças do GT7: 1) envio de uma carta a todos os membros do grupo Educação de Crianças de zero a seis anos, solicitando aos sócios integrantes que contribuíssem com o parecer coletivo da ANPEd sobre o RCNEI preliminar; 2) publicação de uma cópia dessa mesma carta na Lista Infância e na página do Núcleo de Estudos de Criança de 0 a 6 anos (NEE0a6) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 3) encomenda de um trabalho a Ana Beatriz Cerisara sobre o RCNEI preliminar; 4) publicação dos trabalhos *A produção acadêmica na área da Educação Infantil com base na análise de pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações* e o *Parecer da ANPEd sobre o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, na XXI Reunião Anual da ANPEd e na *Revista Brasileira de Educação*; 5) elaboração do livro/manifesto *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios*. Esse conjunto de ações expressa a posição teórica e política desses intelectuais. Em termos mais específicos, duas estratégias foram exploradas para sintetizar a atuação desses intelectuais do GT7: o parecer coletivo (1998) e a obra organizada por Ana Lúcia Faria e Marina Palhares (1999).

A crítica ao RCNEI é escrita em nome da razão. Assim, em nome da competência técnica, os representantes do GT7 invocam:

[...] essa encarnação moderna do poder crítico dos intelectuais que poderia ser um intelectual coletivo capaz de fazer ouvir um discurso de liberdade, sem conhecer outro limite para além das imposições e dos controles que cada artista, cada escritor e cada cientista, armado com todas as aquisições dos seus predecessores, faz pesar sobre si próprio e sobre os outros. (BOURDIEU, 1996, p. 38).

Segundo Didier Eribon (2004), uma das virtudes em elaborar uma análise a partir do conceito de intelectual crítico é compreender a opção dos agentes por “[...] no ser governado de tal maneira, ni en nombre de tales principios, ni em vista de tales objetivos, ni por medio de tales procedimientos [...]”. Ou seja, “[...] no ser governado sin poder decir palabra alguna” (ERIBON, 2004, p. 10). A ação do intelectual, na acepção de Bourdieu, consiste em “[...] intervir no universo político, com a autoridade e a competência associadas ao pertencimento ao universo autônomo da ciência, da arte, da filosofia. Não há antinomia entre a autonomia e o engajamento, entre a separação e a colaboração que pode ser con-

flitua e crítica” (HEY, 2008, p. 225). Em termos mais específicos, “o intelectual é aquele que está apto a instaurar uma colaboração na separação: deve a ele mesmo e a suas obras uma autoridade propriamente intelectual e uma competência em que ele se autoriza a intervir – quer dizer, por si mesmo, a seus riscos e perigos – na política” (HEY, 2008, p. 225).

Foucault personificou uma tentativa “[...] ejemplar para sostener a la vez la autonomía del investigador y el compromiso en la acción política” (BOURDIEU, 2004b, p. 255). Além disso, conforme o autor, Foucault buscou uma maneira de lutar que permitisse aos intelectuais não deixar suas competências e seus valores relegados a segunda ordem. Essa ação política “[...] en parte, me asocié” (BOURDIEU, 2004b, p. 259). Bourdieu (2004b, p. 258, grifo do autor) buscava agrupar os “[...] ‘intelectuales específicos’ en el sentido de Foucault, en un *intelectual colectivo*, interdisciplinario e internacional, asociado al movimiento social más crítico de las componendas políticas”.

Para Bourdieu (1998), a luta dos intelectuais deve ser coletiva, pois, muitas vezes, a eficácia dos poderes que se exerce sobre eles resulta em grande parte do enfrentamento em ordem dispersa com que esses intentam. Os intelectuais só terão êxito se aceitarem trabalhar com criticidade, vigilância e coletividade, pois não existe verdadeira democracia sem verdadeiro contrapoder crítico, e o intelectual é um contrapoder de primeira grandeza.

O posicionamento crítico e coletivo do GT7 da ANPEd aproxima-se da atitude que almejava Bourdieu (1998), conforme se pode inferir pelo trecho a seguir:

Desejo que todos os escritores, os artistas, os filósofos e os cientistas possam se fazer ouvir diretamente em todos os domínios da vida pública em que são competentes. Creio que todo o mundo teria muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, da argumentação e da refutação, se estendesse à vida pública. (BOURDIEU, 1998, p. 18).

Em interlocução com Silva (2004), é possível sustentar que o posicionamento dos integrantes do GT7 está longe do sentido moderno de intelectual, isto é, “[...] do profeta ou oráculo, vate solitário ou mestre de pensamento e escola, arauto de causa ou arquitecto de programas” (SILVA, 2004, p. 46). Eles não resguardam aquela dimensão porque houve “[...] o fim do homem da cultura alcanorado na singularidade superior da sua esfera, criador e difusor de ideias gerais, ‘legislador’ espiritual do mundo” (SILVA, 2004, p. 50, grifo do autor). No entanto, é ainda em nome da autonomia do campo de produção cultural que os intelectuais específicos do GT7 exerceram suas intervenções no campo político. Nesse sentido, dois aspectos são fundamentais: a autonomia do campo cultural e o relacionamento dos intelectuais com o mundo social. Em outros termos, “[...]”

a intervenção pública a partir do campo cultural só faz sentido se valorizarmos a autonomia deste campo” (SILVA, 2004, p. 57). Nos termos de Bourdieu (1996, p. 387), “[...] os produtores culturais só descobrirão no mundo social o lugar que lhes compete [ao] afirmarem-se como um poder internacional de crítica e vigilância, ou mesmo de proposta, frente aos tecnocratas”. A arte da indocilidade refletida e da não servidão que observamos no GT7 é própria da condição de intelectual crítico que busca, por meio do campo científico, interrogar o campo político nos seus efeitos de verdade e questionar essa verdade nos seus efeitos de poder.

À guisa de conclusão

A pretensão deste artigo consistiu em discutir a ação dos intelectuais do GT7 da ANPED frente ao processo de formulação do RCNEI. Em termos mais rigorosos, a principal preocupação foi problematizar as posições dos intelectuais específicos da Educação Infantil em relação ao documento oriundo da COEDI/MEC. Tal problema foi abordado a partir do conceito de intelectual específico de Bourdieu e crítico postulado por Foucault.

O percurso analítico deste texto procurou evidenciar a hipótese explicitada a partir de três argumentos: 1) ANPED como lócus dos intelectuais da Educação; 2) GT7 como espaço de organização dos intelectuais específicos da EI; 3) manifesto intelectual de crítica ao RCNEI. Na primeira sistematização, a argumentação direcionou-se no intento de explicitar o processo de constituição da ANPED, destacando que os fundadores e os sócios buscavam atribuir a essa associação uma dupla identidade, pois defendiam a prerrogativa de uma autonomia acadêmica frente ao campo político, assim como um compromisso ético do intelectual com o mundo social. Na segunda, objetivou-se indicar o processo de consolidação de um lócus de discussão de pesquisadores da EI, o que garantiu uma identidade bastante representativa desse campo de produção do conhecimento ao sistematizar e publicizar um conjunto de saberes a respeito dos principais problemas concernentes à educação da criança de zero a seis anos. No terceiro, destacamos o *Parecer da ANPED sobre o documento referencial curricular nacional para educação infantil* e o livro *Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios* como estratégias dos intelectuais específicos da EI de intervenção no mundo social.

A institucionalização dos intelectuais na ANPED e no GT7 explicitou a sua condição autônoma, pois, em tais espaços, os pesquisadores da Educação passaram a sistematizar e socializar parte significativa de suas produções. Essa autonomia do campo de produção da Educação não é uma dádiva desde e para sempre, ao contrário, é uma condição construída, portanto é resultado de batalhas contra os interesses e pretensões de outros campos sociais, particularmente

do campo político. A rigor, a fronteira entre campo acadêmico e campo político é tênue, tensa e conflituosa, ou seja, é uma fronteira viva. Nesse sentido, o enredo desta narrativa procurou evidenciar que a ANPED e o GT7 constituíram-se como lócus fundamentais para garantir uma relativa autonomia ao campo de produção cultural. Ao mesmo tempo, essa institucionalização dos intelectuais da Educação permitiu que eles exercessem coletivamente sua intervenção no mundo da política, na tentativa de converter sua força moral em força política.

O intelectual específico é decorrente do processo contínuo e profundo de especialização do campo de produção cultural, ocorrido no século XX. Por um lado, essa especialização existente manifesta a profunda divisão social do trabalho intelectual, gerando, muitas vezes, ausência de diálogo entre os pesquisadores da área de Educação. Por outro, contribui para um aprofundamento de conhecimentos em subáreas pouco exploradas, como, por exemplo, a EI. Esse segundo aspecto expressa-se na emergência de um campo de produção do conhecimento na EI, acarretando novas discussões e direções às políticas públicas direcionadas à infância no Brasil. Sem dúvida, a produção de conhecimento na EI põe em evidência o caráter assistencialista predominante ao longo do processo histórico da Educação Infantil no Brasil e reivindica uma pedagogia da infância ao propalar um caráter educativo à formação da criança de zero a seis anos. O intelectual específico é entendido como um perito, um especialista, alguém que se dedica à produção do conhecimento sobre problemas de ordem muito bem delimitada. Nesse aspecto, assim é entendida a condição do intelectual do GT7, pois sua produção acadêmica condiciona e é condicionada pela própria autonomia do campo cultural. E é em nome dessa autonomia, sob a invocação da lógica da razão, portanto, que se estabelece relação com o mundo social, debatendo e recomendando outras direções às lógicas da razão do Estado.

Referências

ANPED. Parecer da ANPED sobre o documento referencial curricular nacional para educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 89-96, jan./abr. 1998.

ANPED. **Estatuto social da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu, 2006. Disponível em: <www.anped.org.br/docs/documentos/estatuto_atualizado.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

AQUINO, L. M. L. de. **GT 07 educação da criança de 0 a 6 anos**. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/pFQv7l>>. Acesso em: 13 maio 2015.

BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. Lisboa: Presença, 1996.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: USP, 1998.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. La filosofía, la ciencia, el comprimiso. In: ERIBON, D. **El infrecuente Michel Foucault**: renovación del pensamiento crítico. Buenos Aires: Letra Viva, 2004b. p. 253-259.

BRASIL. Parecer CFE nº 977/65, de 3 dezembro de 1965. Define e regulamenta os cursos de pós-graduação no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 dez. 1965. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso: 22 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de educação infantil**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília: MEC, 1998.

CAMPOS, M. M. et al. **O GT educação da criança de 0-6 anos**: alguns depoimentos sobre a trajetória. 2002. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/.../depoimentostrajetoriagt07.doc>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CAMPOS, M. M. Prefácio da Obra. In: FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. vii-ix.

CARVALHO, J. C. B. de. Origens da ANPEd: de instituída a instituinte. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 134-138, maio/ago. 2001. DOI: 10.1590/S1413-24782001000200011

CERISARA, A. B. A produção acadêmica na área da educação infantil com base na análise de pareceres sobre o referencial curricular nacional da educação infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós-LDB**: rumos e desafios. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 19-50.

ERIBON, D. **El infrecuente Michel Foucault**: renovación del pensamiento crítico. Buenos Aires: Letra Viva, 2004.

FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FERRARO, A. R. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 47-69, set./dez. 2005. DOI: 10.1590/S1413-24782005000300005

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p. 69-78.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2010.

HENRIQUES, V. M. P. de M. **ANPEd e a preocupação da autonomia**: em busca de reconhecimento e consagração. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

HEY, A. P. Fronteira viva: o campo acadêmico e o campo político. In: AZEVEDO, M. L. N. de. (Org.). **Políticas públicas e educação**: debates contemporâneos. Maringá: Ed. UEM, 2008. p. 217-229.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PALHARES, M. S.; MARTINEZ, C. M. S. A educação infantil: uma questão para o debate. In: FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 5-18.

PUCCI, B. Forpred: fragmentos da história dos sócios institucionais da ANPED. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/490BrunoPucci.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. 1999. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

ROCHA, E. A. C. 30 anos da Educação Infantil na ANPED: caminhos da pesquisa. **Revista eletrônica zero-a-seis**, Florianópolis, v. 10, n. 17, p. 52-65, jan./jul. 2008.

RODRIGUES, H. da. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 395-413, jul. 2005.

SILVA, A. S. Podemos dispensar os intelectuais. In: MARGATO, I.; GOMES, R. C. (Orgs.). **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 39-67.

Recebido em 19/07/2014

Versão final recebida em 20/05/2015

Aceito em 02/06/2015